



**AVANTE,
PATRIOTAS!**

200 ANOS DA REVOLUÇÃO PERNAMBUCANA



AVANTE, PATRIOTAS!

200 ANOS DA REVOLUÇÃO PERNAMBUCANA

HISTÓRIAS NÃO CONTADAS

*“...mas ainda é tempo de viver e contar.
Certas histórias não se perderam”.*

(Nosso Tempo, Carlos Drummond de Andrade)

A história do Brasil que aprendemos nos bancos escolares e que é reproduzida nos livros didáticos está repleta de lacunas em relação a determinados fatos, sobretudo aqueles protagonizados por sujeitos históricos anônimos, ligados aos setores subalternos da sociedade. Nossa historiografia oficial primou pelo registro de fatos que enalteciam determinados personagens em detrimento de outros.

Nos últimos anos, face à renovação dos estudos históricos em nosso país, procura-se mostrar que a História não é apenas fruto da ação isolada de grandes homens - os heróis nacionais, mas que ela se tece no cotidiano, onde emergem diferentes atores sociais. Todos nós fazemos História!

Um dos fatos relegados ao esquecimento pela história oficial são as revoltas de caráter emancipacionista, que ocorreram durante o período colonial de nossa história. A Historiografia deu destaque à Inconfidência Mineira (1789), no qual emergiu a figura heroica de Tiradentes. Outros conflitos, a exemplo da Conjuração Baiana (1798), em que houve uma nítida participação de escravos e negros forros, já não são tão falados. No século XIX, quando o Brasil tornou-se Reino Unido a Portugal e Algarves, eclodiu outro movimento separatista. A Revolução de 1817, deflagrada em Pernambuco e que se estendeu por outras províncias do Norte, foi a única que, de fato, tomou o poder e instalou um governo republicano.

A presente exposição faz parte do projeto HISTÓRIAS NÃO CONTADAS, em que a Câmara dos Deputados pretende mostrar a memória de determinados fatos que foram desprezados ou omitidos pela história oficial. Com isso, estamos contribuindo para que a história de nosso país não fique restrita aos circuitos acadêmicos e intelectuais e que possa ser mais conhecida por todos os brasileiros. Afinal de contas, o conhecimento histórico é um instrumento indispensável à construção da cidadania e ao fortalecimento de nossa identidade cultural.

Ricardo Oriá
*Historiador
Consultor Legislativo*

PRECISO dos sucessos, que tiveram lugar em PERNAMBUCO desde a faustissima e
na Revolução operada felismente na Praça do Recife seis do corrente
Mez de Março, era que o generoso esforço de nos avós PATRIOTAS exterminou
o BRAZIL monstro infernal da tirania real.

DEPOIS de tanto abuso da tirania por hum sistema de administ. ação combinada, e para sustentar as vaidades de huma Corte insolente sobre a sorte de oppressão de nossos legitimos direitos, resoluam-nos agora a nossa honra com o negro labêo de traidores aos nossos mesmos amigos, Parentes, e Compatriotas nas Ilhas de Portugal; e era por ventura a derradeira peça, que faltava de se por a machina da politica do insidioso Governo extincto de Pernambuco.

Começou o perfido por illaquiar a nossa singeleza, proclamando publicamente a cinco deste mez, que era amigo sincero dos Pernambucanos, que tinha repartido o seu coração com elles, escrevendo estes enganos com a mesma penna, com que acabava de encher no segredo do seu gabinete listas de proscriptos, que tinha de entregar nas mãos do alcaide Brazileiro de todas as classes, a mocidade de mais espirito do paiz, os officiaes mais bravos das tropas pagas, em huma palavra os filhos da Patria de maior esperança, e mais distinto merecimento pessoal.

AMANHÊCO em fim o dia seis, em que as enchovias havião de ser atulladas de tantos Patriotas honrados, e suas familias alagadas de dôr, e de lagrimas: convoca o maldito hum conselho de officiaes de guerra, todos invejosos da nossa gloria, e depois de ter assignado com elles a atroz condemnação das innocentes victimas, despacha dali mesmo o que lhe parecerão mais capazes de lhe dar execução. Huns correm a quartéis militares, outros a cazas particulares; fervem prizoens por toda a parte, e ja as cadeas começaõ de se abrir para hir engolindo hum por hum dos nossos bons Compatriotas.

Aqui porem mostraraõ os nossos, como tinhaõ capacidade para saber conhecer, que a disobediencia tem todo o preço de heroismo em certos cazos, e he quando com ella se salva a cauza da Patria. Hum bravo Capitão deo o sinal do d. de todos, fazendo descer aos Infernos o principal agente da injustissima execução; correo-se as armas, e poucas horas daquelle mesmo dia foraõ todo o tempo de começar, e acabar taõ ditosa revolução, que mais paracéo festejo de paz, que tumulto de guerra, sinal evidente de ter sido toda obra da Providencia, e beneficio da benção do todo Poderoso.

O Ex General tinha-se recolhido a forteleza do Bom, e onde suppunha achar huma praça de defeza, achou a praça de sua pessoa, e dos seus. Recorreo a proposições pacificas, que acabaraõ n'hum conclusum, com que foi obrigado a conformar-se no dia sete, pellas seis horas da manhan.

DESDE logo foi restabelecida toda a ordem publica, não se ouviraõ mais outras vozes, que de aclamações generosas dignas do dia, em que hum immenso povo entrava na posse de seus legitimos direitos sociaes. Foi consequencia d'isto não ter havido até agora se quer hum só disturbio, nem motivo qualquer de queixa.

A OITO se installou o Governo Provisorio composto de cinco Patriotas, tirados das diferentes classes: o qual Governo tem sido sempre permanente em suas sessoens. O seu primeiro cuidado foi disabuar os nossos Compatriotas de Portugal dos medos, e desconfianças, com que os tinhaõ inquietado os partidistas da tyrannia, recebendo a todos com abraços, e osculos, segurando as suas familias, pessoas, e propriedades de toda a sorte de injurias, fazendo-os continuar em seu comercio, trafegos, e occupaçoens com maior liberdade, que d'antes, proclamando em fim por hum bando os sentimentos do Governo, e do Povo, e não havér mais daqui por diante differença entre nós de Brazileiros a Europeos, mas de verém todos ser tidos em conta de huma só, e unica familia com igual direito a huma só, e a mesma herança, que he a prosperidade geral de toda esta Provincia.

A NOVE tudo se achava no mesmo espirito de concordia, e pacificação geral, sem o povo se resentir de outra novidade, que das bondades do Governo todo applicado a promover a segurança interior, e exterior por medidas acertadas, buscando esclarecer a sua marcha com dividir as materias de maior importancia por comités compostos das pessoas de maior capacidade conhecida para cada huma dellas, com que tem obtido ao mesmo tempo popularizar as suas deliberaçoens o mais possivel.

NAQUELLE mesmo dia o Governo foi permanente até a meia noite para continuar diversos despachos, que hoje apparecerão, sendo dos mais importantes fazer entrar os Funcionarios publicos nas suas occupaçoens como d'antes, sem tirar ninguem do seu officio, proscrever as formulas de tratamento até agora uzadas, sem admitir nenhuma outra, que a de -VÓS-mesmo com elle Governo, abulir certos impostos modernos de manifesta injustiça, e oppressão para o Povo sem vantagem nenhuma da Nação, &c. E tal he o nosso estado politico, e civil até hoje 10 de Março de 1817.

VIVA A PATRIA,

Vivao os PATRIOTAS, e acabe para sempre a tirania real.

MAIS UMA HISTÓRIA NÃO CONTADA

Em 1817, eclodiu na Capitania de Pernambuco um dos mais importantes movimentos revolucionários do período colonial brasileiro: a Revolução Pernambucana.

De cunho emancipacionista, teve, entre suas causas, a crise econômica que atingia diretamente o comércio, a forte seca que assolava a região e as despesas e exageros da Corte recém-chegada ao Rio de Janeiro, que obrigava o Governo de Pernambuco a pagar pesados impostos para custeá-la.

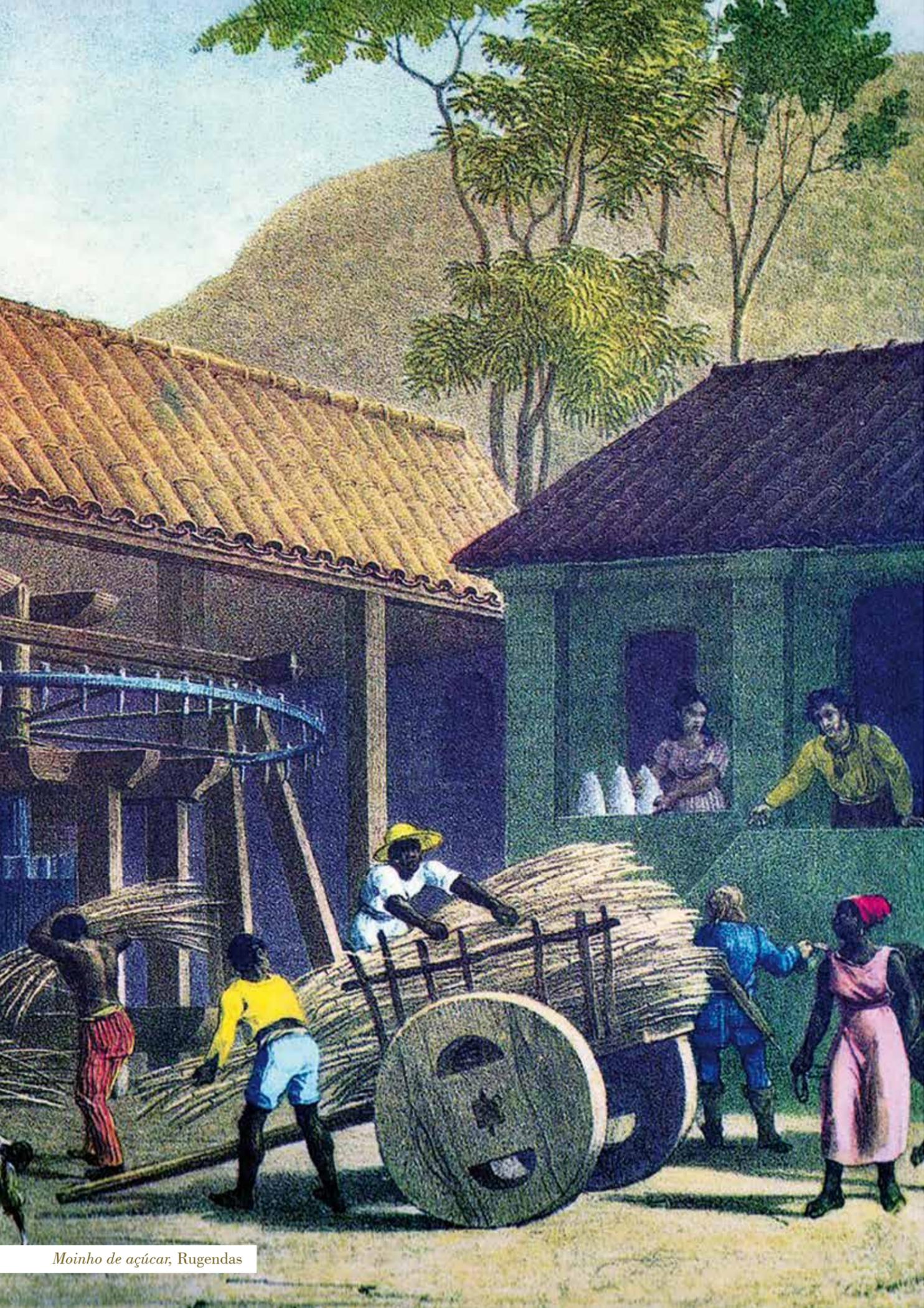
Influenciado pelas ideias iluministas, disseminadas principalmente pela maçonaria e pelo Seminário de Olinda, o movimento ultrapassou a fase conspiratória e chegou a tomar, de fato, o poder, estabelecer um Governo Provisório e buscar apoio de outras províncias. Após cerca de 75 dias, chegou ao fim, depois de sofrer dura repressão.

Apesar de sua curta duração, deixou evidente o enfraquecimento do sistema colonial, que viria mais tarde a ser percebido em outros movimentos, culminando na Proclamação da Independência, em 1822.

Por sua importância e pelo transcurso dos 200 anos desse notável episódio, a Câmara dos Deputados o apresenta em mais uma edição da série “Histórias Não Contadas”.

Luciana Scanapieco

Curadora



CAUSAS DA REVOLUÇÃO

Por que em Pernambuco?

Pernambuco, capitania mais próspera do Brasil no período colonial, com seus engenhos de açúcar e plantações de algodão, tinha porto movimentado, comércio ativo e um conjunto urbano significativo.

O fato de os pernambucanos terem, no passado, expulsado os holandeses e retomado a terra quase sem auxílio da Coroa desenhou a mítica de um passado heroico, motivo de orgulho e da sensação de terem condições de contestar a autoridade do Governo de Portugal.

Por que em 1817?

Em 1817, o clima de descontentamento instalou-se em razão da queda do preço do açúcar pelo expressivo aumento da produção mundial, por haver se tornado mais cara a mão de obra escrava e por uma forte seca haver desolado a região no ano anterior.

Piorava o quadro a percepção de que a administração do governador **Caetano Pinto de Miranda Montenegro** era ineficiente, atrasando mesmo o soldo dos militares.

Por fim, a vinda da **Família Real** para o Brasil, em 1808, havia agravado o descontentamento, pois não trouxe ao Norte os mesmos benefícios legados ao Sul, e para manter todo o seu aparato no Rio de Janeiro, a Coroa aumentou os impostos sobre a produção de açúcar e algodão.

“Paga-se em Pernambuco um imposto para a iluminação das ruas do Rio de Janeiro, quando as do Recife ficam em completa escuridão.”

Henry Koster

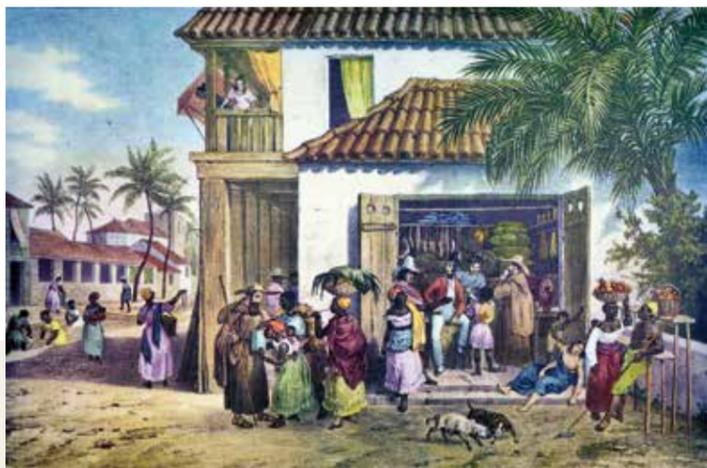
(Português, filho de ingleses, que viera para o Brasil em 1809 por motivos de saúde)

Dois sentimentos inflamantes: Nativismo e Antilusitanismo

No período colonial, Portugal detinha o monopólio comercial sobre os produtos brasileiros. A enorme exploração desagradava aos produtores, que perdiam importantes compradores no mercado europeu.

Mesmo com a Abertura dos Portos, mercadores portugueses dominavam o comércio, principalmente o do açúcar, para desagrado desse setor, uma vez que o comércio do algodão já se fazia diretamente pelos produtores com a Inglaterra.

A situação era virtualmente explosiva: proprietários brasileiros e comerciantes portugueses viviam em constante rivalidade.



Venda em Recife, Rugendas



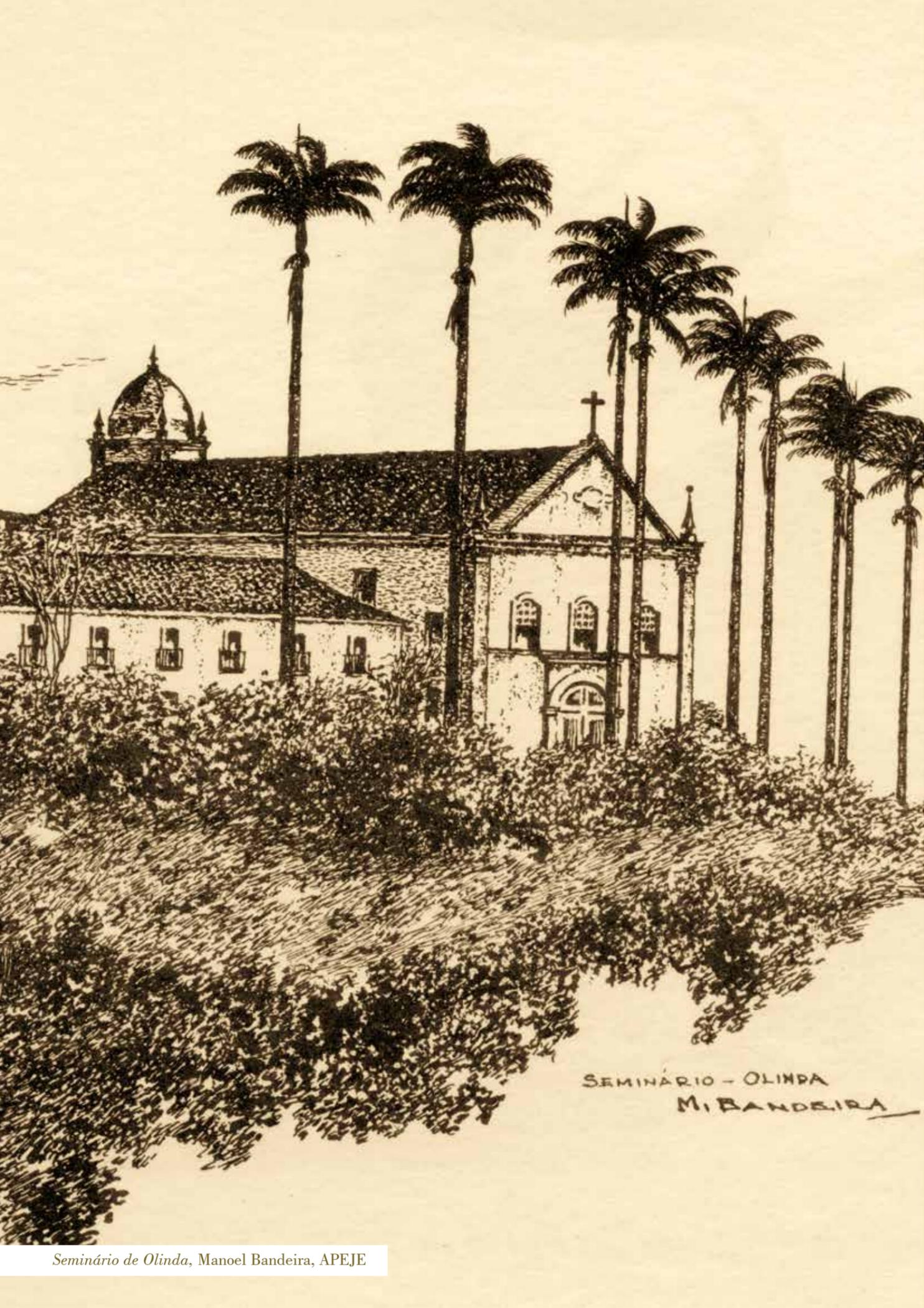
Carregador de Algodão, Henry Koster

Para agravar a crise, brasileiros não podiam ocupar cargos importantes na administração pública e nos postos militares, gerando mais descontentamento e a emergência de uma evidente lusofobia, fator decisivo no desenrolar dos eventos revolucionários.

Os portugueses eram chamados de “marinheiros” porque chegavam ao Brasil em navios.



D. João VI, Debret, Museu da Cidade do Recife



Seminário de Olinda, Manoel Bandeira, APEJE

A CIRCULAÇÃO DE IDEIAS

O clima de descontentamento permitiu a difusão de ideias políticas iluministas e liberais, que nortearam movimentos como a **Independência dos Estados Unidos** e a **Revolução Francesa**. O contato com essas ideias dava-se por intermédio dos alunos que iam estudar na Europa ou em seminários religiosos como o **Seminário de Olinda** e também por intermédio das **Academias** e da **Maçonaria**. As ideias libertárias foram progressivamente aceitas pela elite dominante que, por esse espírito, via surgir uma motivação política capaz de promover-lhe a liberdade da dominação portuguesa, mas mantendo os direitos e privilégios da ordem colonial.

“No Recife de Pernambuco. — Domingo de Páscoa, 6 de abril de 1817. — Antes da revolução reuniam-se, à tarde, várias vezes por semana, em minha casa, o padre João Ribeiro e alguns dos seus amigos. (...) Estes senhores desejavam ser instruídos sobre o estado das artes, das ciências e da filosofia na França, e imaginavam loucamente que um simples negociante era capaz de satisfazê-los sobre estes pontos importantes; eu lhes dizia o pouco que sei e o que penso prevenindo-os da fraqueza das minhas luzes.”

L. F. Tollenare

(Tollenare era um comerciante francês que veio ao Brasil para comprar algodão e aqui ficou nos anos de 1816—17. Foi testemunha da Revolução Pernambucana e sobre ela escreveu em suas “Notas Dominicais”.)

“Revolução dos Padres”

Criado em 1800 pelo bispo **José da Cunha de Azeredo Coutinho**, o **Seminário de Olinda** baseava seu ensino em doutrinas racionalistas cartesianas. Alguns dos professores do Seminário, como os padres **João Ribeiro Pessoa de Melo Montenegro** e **Miguelinho**, foram revolucionários de destaque em 1817. Estima-se que cinquenta padres e cinco frades participaram do movimento.

“O padre João Ribeiro (...) é um homem instruído e sem fortuna, sendo bastante filósofo para desprezá-la. (...) Nutrido com a leitura dos filósofos antigos e modernos, ele só respirava pela liberdade, e isto mais por amor dela do que por ambição. (...) Arrastado pela leitura das obras de Condorcet, testemunhava a mais alta confiança no progresso do espírito humano: a sua imaginação ia mais depressa do que o seu século e sobretudo adiantava-se muito à índole dos seus compatriotas.”

L. F. Tollenare

“Revolução das Ideias”

Com veto à presença de europeus, as **Academias** eram núcleos secretos que discutiam a libertação nacional e o anticolonialismo, sem terem, porém, a configuração ritualística das organizações maçônicas. Em 1798, o padre **Manoel Arruda Câmara** (Frei Manoel do Coração de Jesus) funda em Olinda o **Areópago de Itambé**.



Bispo Azeredo Coutinho, IAHGP



Escrivaninha de Frei Miguelinho, IAHP

“A Conspiração dos Suassuna”

Um dos primeiros episódios em que se pode verificar a influência dos ideais iluministas ocorreu em 1801, quando **Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque**, proprietário do Engenho Suassuna, foi acusado, juntamente com seus irmãos, de conspirar para tornar Pernambuco independente. Eles eram membros do **Areópago de Itambé** e tinham planos até de conseguir o apoio de Napoleão, graças às suas conexões com a maçonaria francesa. Nada foi apurado de concreto e todos foram libertados por falta de provas. Todas essas personagens mais tarde atuaram também na Revolução de 1817.



Muniz Tavares, Baltazar da Câmara, IAHP

Monsenhor Francisco Muniz Tavares foi historiador, Cronista da Revolução de 1817 e Presidente da Câmara dos Deputados (1846 -1847).

“Revolução dos Republicanistas”

A Maçonaria é uma sociedade discreta de caráter universal cujos membros cultivam ideias de filantropia, humanismo, democracia, liberdade, fraternidade e igualdade entre os homens, além de buscarem o aperfeiçoamento intelectual.

Enquanto os núcleos maçônicos do Rio de Janeiro seguiam orientação monárquico-constitucional e eram tutelados por Lojas Portuguesas, a Maçonaria de Pernambuco era republicanista e exclusivamente brasileira. Assim, enquanto a primeira planejava que D. João VI jurasse uma constituição, a segunda pretendia uma república. Tal diferença é apontada por alguns historiadores como a principal causa que impediu a adesão do Sul à Revolução.



Insígnia da maçonaria, IAHP



1817

20 - JANEIRO 1500
DESCOBRIMENTO DE PERNAMBUCO
VICENTE YANEZ PINZON

27 - JANEIRO
CURAÇÃO DE PERNAMBUCO

19 - FEVEREIRO 1649
SEGUNDA BATALHA DE GUARARAPES

Palácio Campo das Princesas - Governo de Pernambuco



AVANTE PATRIOTAS!

O Estado de Alerta e as prisões

O governador de Pernambuco, **Caetano Pinto de Miranda Montenegro**, a princípio ignorou os boatos de levantes e agitação de tropas, mas finalmente decidiu agir, no dia 6 de março de 1817, ao emitir estado de alerta e pedir ordem de prisão para os supostos conspiradores.



Caetano Pinto de Miranda Montenegro, Manoel Bandeira, IAHGP

O início da Revolução

O capitão Barros Lima, o **Leão Coroado**, não aceitou a ordem de prisão dada pelo brigadeiro português **Barbosa de Castro** e o matou. Os grupos rebeldes tomaram o quartel do regimento de Artilharia e saíram às ruas. Começava a Revolução.

“Em lugar de ‘Vossa mercê’, diz-se ‘Vós’, simplesmente; em lugar de Senhor é-se interpelado pela palavra Patriota, o que equivale a cidadão e ao tratamento de tu, de que nos servimos em França, nossos tempos demagógicos.”

L. F. Tollenare

“A palavra ‘patriota’ foi bastante utilizada em Pernambuco em 1817 e se tornou uma espécie de indicador de uma identidade regional. Neste caso, a ‘pátria’ dos revolucionários recifenses não era o Brasil, mas Pernambuco.”

Flavio José Gomes Cabral, historiador



Espada e óculos do Leão Coroado, IAHGP



Transferidor e Espora do Leão Coroado, IAHGP



Arcabuz, IAHGP



Canhão dos revolucionários de 1817, IAHGP



Forte do Brum. Recife - PE

“A 6 deste mês teve lugar uma revolução bem inesperada. O estandarte da independência foi levantado; as tropas colocaram-se em volta dele.

O governador, assim traído, viu-se forçado a refugiar-se em um forte, ali capitular e acaba de embarcar para o Rio de Janeiro.

Um governo provisório, composto de cinco membros, foi instituído por um pequeno número de conjurados; fala-se em erigir a capitania de Pernambuco em República.”

L. F. Tollenare

“Moro muito perto do quartel, que foi o foco da desordem. (...) Foi então que o padre João Ribeiro, deixando as tropas que o cercavam, dirigiu-se para o nosso lado.

(...) pediu para beber, e, tomando um copo, propôs-me um brinde à liberdade do Brasil.”

L. F. Tollenare

A REPÚBLICA PERNAMBUCANA



A Composição

O Governo Provisório era composto por cinco membros, cada um representando um segmento das classes dominantes:

Domingos Teotônio Jorge
(militares)

Domingos José Martins
(comerciantes)

Padre João Ribeiro
(sacerdotes)

Manoel Correa de Araújo
(agricultores)

José Luiz Mendonça
(magistrados)

Junta de Pernambuco, Rugendas

“Era em casa do sr. Domingos José Martins que se realizavam os jantares brasileiros de que já falei; reunia ali os oficiais dos regimentos e emprestava-lhes dinheiro. Considero-o como um dos principais autores da Revolução.”

L. F. Tollenare



Domingos José Martins (Herói Nacional), IAHGP

A Lei Orgânica

Estabeleceu-se que dentro de um ano deveria ser convocada uma **Assembleia Constituinte**, a qual teria três anos para elaborar a Constituição. Até lá, ficaria vigente a chamada **Lei Orgânica**, de autoria atribuída a **Frei Caneca**. Inspirada na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, o documento estabelecia uma série de direitos e garantias individuais, tais como:

- liberdade de imprensa
- liberdade de consciência
- tolerância às demais religiões cristãs (apesar de o catolicismo ser a religião oficial).

As Contradições

Embora inovador em alguns aspectos, o primeiro governo republicano instalado no Brasil foi marcado por contradições. Propunha ideias como a igualdade racial e social, mas defendia a manutenção da escravidão, como estratégia para manter o apoio dos proprietários de terra.

Além disso, mostrava-se um movimento aristocrático, com pouca participação popular.



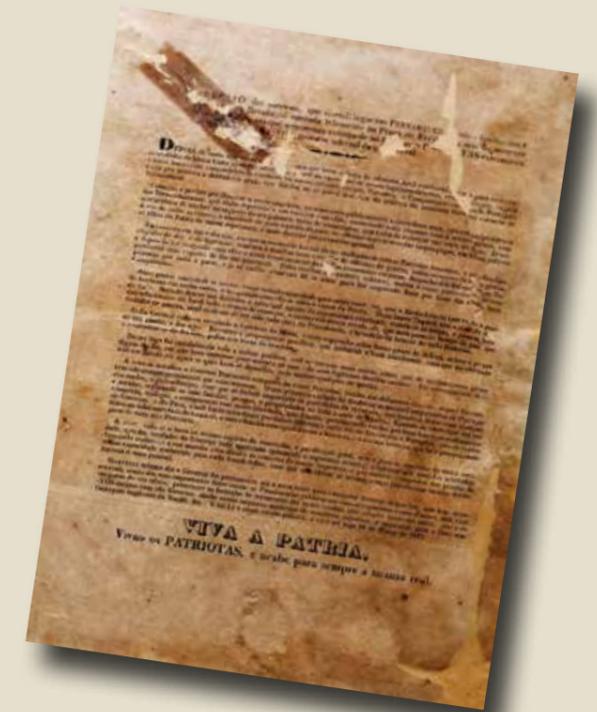
Gate & Slave Market at Pernambuco, a partir de Augustus Earle, © Trustees of the British Museum



Frei Caneca (Herói Nacional)
Manoel Bandeira, IAHGP

O Preciso, IAHGP

Carta de exposição dos motivos da Revolução, redigida por José Luís Mendonça. Sua impressão foi um ato de rebeldia à lei que impedia a liberdade de imprensa.





Bênção das Bandeiras Republicanas, Antônio Parreiras, APEJE

“Disse, há poucos dias, ao padre João Ribeiro que deveria publicar uma gazeta para doutrinar o povo, que nada compreende do que se vai fazer. Assegurei-lhe que um grande número de indivíduos da classe média não se considerava em revolta contra o rei, crendo somente haverem expulso um mau governador, e esperavam receber um melhor da corte do Rio de Janeiro.

‘Convém-nos deixá-los neste erro’, respondeu-me o padre.”

L. F. Tollenare

A Nova Bandeira



 Grandeza do céu pernambucano;

 Paz;

 União de todos os pernambucanos;

 Capitânicas de Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte;

 Força e energia de Pernambuco;

 Fé na justiça e no entendimento.



Gervásio Pires, IAHGP

Gervásio Pires era um rico comerciante, liberal e revolucionário. Patrocinou a ida de Cruz Cabugá aos EUA em busca de armas. Foi conselheiro e inspetor de finanças do Estado republicano. Com o fim do movimento, foi preso e enviado a Bahia, onde permaneceu por quatro anos.



APOIO INTERNO E NO EXTERIOR

Aderiram ao movimento: Paraíba e Rio Grande do Norte

Paraíba

Levante na Vila de Itabaiana organizado por **Manuel Clemente** e **João Batista do Rego**. Revoltosos marcharam sobre Pilar e Cidade da Paraíba.

Formaram uma junta governativa republicana que se aliou a Pernambuco.

Rio Grande do Norte

André de Albuquerque Maranhão, senhor de engenho, prendeu o governador e o enviou para Pernambuco. Ocupou a vila de Natal e formou sua junta governativa.

Fracassaram na Bahia e no Ceará

Bahia

Padre Roma, enviado como representante da Revolução, foi preso ao desembarcar e fuzilado por ordem do governador (**Conde dos Arcos**).



Tinteiro do Padre Roma, IAHGP

Ceará

Levante feito pela **Família Alencar** foi derrotado pelo **Coronel Filgueiras**.



Hipólito da Costa, Artista Desconhecido

Ministério das Relações Exteriores - Palácio Itamaraty



Bárbara de Alencar

(Heroína Nacional)

Juntamente com seus filhos, que eram alunos do Seminário de Olinda, teve atuante participação revolucionária no Cariri. Considerada a primeira presa política do Brasil. Avó do escritor José de Alencar.

Estados Unidos e Napoleão

Para conseguir apoio externo e armamentos, o comerciante **Cruz Cabugá** foi enviado aos Estados Unidos. Além disso, ele tinha a missão de recrutar antigos revolucionários franceses exilados e libertar **Napoleão**, que comandaria a Revolução Pernambucana e voltaria para Paris para reassumir o poder.

Foi preso antes mesmo de desembarcar no Brasil.



Napoleão Bonaparte, a partir de Mureret
© Trustees of the British Museum

Inglaterra e o Caso Hipólito da Costa

Na Inglaterra, foi oferecido o cargo de ministro plenipotenciário da Nova República ao jornalista **Hipólito da Costa**, mas ele recusou, em razão de um acordo com a Coroa Portuguesa. Em troca de suavizar as críticas publicadas contra a monarquia, a Coroa daria subsídios ao jornalista e compraria exemplares do seu jornal.



A REPRESSÃO

“A 16 [de abril] apareceram no porto um brigue e duas corvetas, vindas da Bahia para formar o bloqueio do Recife. É tempo de deixar este país, pois, vai ser o teatro de uma guerra civil.”

L. F. Tollenare

Bahia: **Conde dos Arcos**, sem esperar instruções da Corte, envia tropas por terra sob o comando do **Marechal Cogominho de Lacerda**, recebendo apoio dos proprietários alagoanos.

Rio de Janeiro: General **Luis do Rego Barreto** é enviado por D. João VI, com 2.500 homens para se juntar às tropas na Bahia.

Foi também enviada uma esquadra comandada por **Rodrigo Lobo** para bloquear a costa pernambucana.



Conde dos Arcos, Manoel Bandeira, IAHGP

A Implosão do Espírito Revolucionário

Internamente, duas causas enfraqueceram a Revolução: a deserção de soldados e a perda de apoio dos civis, que passaram a defender o fim da república por dois motivos:

- 1 - Boatos sobre a libertação dos escravos, que a luta de negros ao lado dos revolucionários no **Regimento dos Henriques** parecia confirmar.

2 - O Norte, algodoeiro, mostrava-se mais motivado por poder já comercializar diretamente com a Inglaterra, enquanto o Sul, açucareiro, passou a temer as consequências da Revolução, pois ainda dependia da intermediação comercial portuguesa.

A Rendição

O governo revolucionário tinha poucas condições de resistência, porque a defesa do território era difícil e dispunha de tropas pequenas. A situação estava crítica e os “patriotas” não tinham chances de êxito. Frente a essa situação, o coronel **Paula Cavalcanti** abriu negociação. O almirante **Rodrigo Lobo** exigiu rendição dos revolucionários e assumiu o governo da capitania.



José Peregrino, Antônio Parreiras, Palácio da Redenção - Governo da Paraíba.

José Peregrino foi um dos líderes da revolta na Paraíba. Entregou-se à guarda imperial a pedido de seu pai, sob a alegação de não ser indiciado por lesa-majestade, o que não ocorreu. Foi preso e condenado à forca aos 19 anos. Sua cabeça e mãos foram postos à exposição em frente à Igreja de Nossa Senhora de Lourdes, em João Pessoa.

A Punição

- A Capitania de Pernambuco foi desmembrada. Alagoas tornou-se uma nova capitania.
- Muitos revolucionários foram condenados à forca e executados em Pernambuco.
- Outros foram levados para a Bahia para serem processados por traição ao rei.

“Pernambuco. — Domingo, 25 de maio de 1817.
— A Revolução de Pernambuco terminou a 20, depois de ter durado dois meses e meio. (...)

O padre João Ribeiro suicidou-se a três léguas daqui; passeiam a sua cabeça sangrenta pelas ruas da cidade.

Quando, a 19, me mandou dizer que o governo estava dissolvido, acrescentou que lamentava não poder me dizer adeus, mas, que eu podia ficar certo de que ele saberia morrer como homem livre.”

L. F. Tollenare



Luís do Rego, Manoel Bandeira, IAHP

Luís do Rego foi um general português que destacou-se no combate às invasões napoleônicas. Foi nomeado Governador de Pernambuco por D. João VI para reprimir possíveis levantes futuros.



Bengala do Governador Luís do Rego, IAHP



O LEGADO

Mesmo com a vitória da Corte sobre o movimento revolucionário pernambucano, este episódio deixou evidente o enfraquecimento do poder monárquico, do regime colonial e das relações metrópole–colônia.

Novos levantes e fatos ocorreram, como a **Revolução Constitucionalista do Porto**, a **Convenção de Beberibe**, e o próprio processo de **Independência do Brasil**.

Seus atores são lembrados hoje com orgulho e dão nomes a ruas, edifícios e pontes.

Domingos Martins, **Bárbara de Alencar** e **Frei Caneca**, possuem seus nomes inscritos no Livro de Heróis da Pátria.

“Recordo-me que um dia o Padre João Ribeiro me disse: ‘É em vão que se pretende abafar as ideias liberais; pode-se adormentar por um momento a liberdade; mas, ela terá sempre o seu despertar, não duvideis disto’.”

L. F. Tollenare

Referências Bibliográficas

ALBUQUERQUE, A. Tenório d'. **A maçonaria e as revoluções pernambucanas**. Rio de Janeiro: Aurora, 1970.

ANDRADE, Breno Gontijo. A Revolução dos Padres. In: **Diálogos - Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História**, vol. 15, núm. 1, enero-abril, 2011, pp. 243-248 Universidade Estadual de Maringá Maringá, Brasil. Disponível em: http://www.dialogos.uem.br/index.php?journal=ojs&page=article&op=view&path%5B%5D=488&path%5B%5D=pdf_409

_____. **Vocabulário Político e maçonaria na Revolução Pernambucana de 1817**. OPSIS, Catalão, v. 10, n. 1, p. 169-186, jan-jun, 2010. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/Opsis/article/viewFile/9519/8477>

ANDRADE, Manuel Correia de Andrade. **Guerras e Revoluções Brasileiras: A Revolução Pernambucana de 1817**. São Paulo, 1995, pp. 32.

AQUINO, Rubim Santos Leão de. **Pernambuco em chamas: revoltas e revoluções em Pernambuco**. Recife: Massagana, 2009.

CARVALHO, Gonçalo de Barros; MOURÃO, Mello. **A Revolução de 1817 e a História do Brasil: um estudo de história diplomática**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009

DIENER, Pablo; COSTA, Maria de Fátima. **Rugendas e o Brasil**. Rio de Janeiro: Capivara, 2012.

FERNANDES, Ana Claudia. **A revolução de Pernambuco nas páginas do Correio Braziliense e do Correo del Orinoco: linguagens, conceitos e projetos políticos em tempos de independência (1817-1820)**.

GOMES, Laurentino. **1808: Como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a história de Portugal e do Brasil**. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2007

JÚNIOR, Rosildo C.; RODRIGUES, Renata S.. **Lei Orgânica de 1817**. V Colóquio de História. São Paulo: Unicamp, 2011. Disponível em: <http://www.unicap.br/coloquiodehistoria/wp-content/uploads/2013/11/5Col-p.1481-1490.pdf>

KOSTER, Henry. **Viagens ao Nordeste do Brasil**. Recife: Secretaria de Educação e Cultura, 1978

MELLO, Evaldo Cabral de. **A outra independência: o federalismo pernambucano de 1817 a 1824**. São Paulo: Ed. 34, 2004.

QUINTAS, Amaro. **A revolução de 1817**. 2 ed. Rio de Janeiro: J. Olympio; Recife: Fundarpe, 1985.

SOUSA, Alberto. **Os Andradas**. São Paulo: Typographia Piratininga, 1922

TOLLENARE, Louis-François de. **Notas dominicais**. Recife: Secretaria de Educação e Cultura, 1978.

LEI Nº 13.056, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014 - Inscreve o nome de Bárbara Pereira de Alencar no Livro dos Heróis da Pátria.

LEI Nº 12.488, DE 15 DE SETEMBRO DE 2011 - Inscreve o nome de Domingos Martins no Livro dos Heróis da Pátria.

LEI Nº 11.528, DE 11 DE OUTUBRO DE 2007 - Inscreve o nome de Frei Caneca no Livro dos Heróis da Pátria.

Agradecimentos

Secretaria da Casa Civil – Governo do Estado de Pernambuco
Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco (IAHGP)
Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE)
Museu da Cidade do Recife
Fundação Joaquim Nabuco
Palácio da Redenção – Governo do Estado da Paraíba
Palácio do Itamaraty
Panteão da Pátria
Museu Antonio Parreiras



AVANTE, PATRIOTAS!

200 ANOS DA REVOLUÇÃO PERNAMBUCANA

Câmara dos Deputados
Mesa Diretora da Câmara dos Deputados

Presidente

Rodrigo Maia (DEM/RJ)

1º Vice-Presidente

Fábio Ramalho (PMDB/MG)

2º Vice-Presidente

André Fufuca (PP/MA)

1º Secretário

Giacobo (PR/PR)

2º Secretária

Mariana Carvalho (PSDB/RO)

3º Secretário

JHC (PSB/AL)

4º Secretário

Rômulo Gouveia (PSD/PB)

Suplentes

Dagoberto (PDT/MS)

César Halum (PRB/TO)

Pedro Uczai (PT/SC)

Carlos Manato (SD/ES)

Procurador Parlamentar

Carlos Marun (PMDB/MS)

Corregedor Parlamentar

Evandro Gussi (PV/SP)

Diretor-Geral

Lucio Henrique Xavier Lopes

Secretário-Geral da Mesa

Wagner Soares Padilha

Coordenação do Projeto

Secretaria de Comunicação Social

Centro Cultural Câmara dos Deputados

Secretário de Comunicação Social

Márcio Marinho (PRB/BA)

Diretora Executiva de Comunicação Social

Gisele Azevedo Rodrigues

Diretor do Centro Cultural

Wesley Vasconcelos

Núcleo de História, Arte e Cultura

Coordenação

Clarissa de Castro

Curadoria, Pesquisa e Produção

Luciana Scanapieco

Assessoria de Imprensa | Revisão e Divulgação

C. André Laquintinie

Maria Amélia Elói | Marco Antunes

Montagem e Manutenção da Exposição

André Ventorim | Edson Caetano |

Paulo Titula | Wendel Fontenele

Projeto Gráfico

Israel Cerqueira Wladimir

Fernando Horta (Catálogo)

Núcleo de Museu

Coordenação

Marcelo Sá de Sousa

Museóloga

Luciana Scanapieco

Material Gráfico

Coordenação de Serviços Gráficos - CGRAF/DEAPA

Fotografia

Renata Galvão | Elizangela Santos |

Fotografia Institucional Câmara dos Deputados

(Taísa Viana / Frederico Beck)

Informações: 0800 619 619 – cultural@camara.leg.br

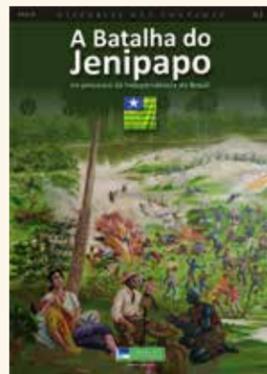
Palácio do Congresso Nacional- Câmara dos Deputados

Anexo 1 – Sala 1601 – CEP 70.160-900 – Brasília/DF

www.camara.leg.br/centrocultural

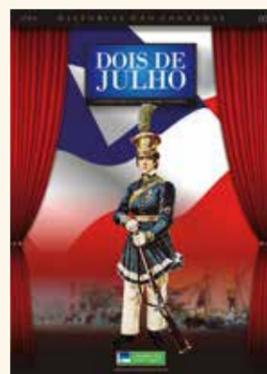
Brasília, julho de 2017

Série HISTÓRIAS NÃO CONTADAS



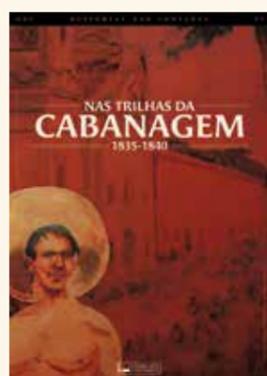
Nº 1

A Batalha do Jenipapo
no processo de independência do Brasil



Nº 2

Dois de Julho
A independência do Brasil na Bahia



Nº 3

Nas Trilhas da Cabanagem
1835 - 1840

Disponíveis em:

www.camara.leg.br/centrocultural





Centro Cultural

Secretaria de
Comunicação Social

